

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Bahema S.A. ("Companhia") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. A sede da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.369 – Cj. 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na educação básica e continuada, bem como estruturação de cursos de ensino infantil, fundamental, ensino médio e atividades correlatas.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob a sigla BAHI3.

## 2. Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo:

		31/12/2017		
	%	Controlada		
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (anteriormente denomi	nada de Bahema			
Educação e Participações SP S.A.)		100	Direta	
Bahema Educação RJ S.A.		100	Direta	
Bahema Educação MG Ltda.		80	Direta	
Sovila Participações S.A.		80	Indireta	
Escola da Vila Educação Ltda.		80	Indireta	
Somater Ensino e Pesquisa I tda		80	Indireta	

### 3. Aquisição de controladas

Em 14 de fevereiro de 2017, o Grupo obteve o controle da Sovila Participações S.A. ("Sovila"), holding mantenedora das entidades prestadoras de serviços de educação básica Escola da Vila Educação Ltda., Escola da Vila Educação Infantil Ltda. (incorporada pela Escola da Vila Educação Ltda. em 30/06/2017) e Somater Ensino e Pesquisa Ltda. (conjuntamente referidas como "Grupo Escola da Vila"), ao adquirir 80% das ações do capital votante dessa entidade.

Nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Escola da Vila contribuiu com uma receita de R\$ 37.627 e lucro líquido de R\$ 2.922 às demonstrações contábeis consolidadas.



#### 3.1. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida:

	Consolidado 14/02/2017
Caixa	10.397
Parcelas futuras (i)	10.839
Contraprestação contingente (ii)  Contraprestação trimestral (iii)	5.325 3.581
Total da contraprestação transferida	30.142

## (i) Parcelas futuras

O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores o valor de até R\$ 14.000, sujeito à um ajuste de preço calculado com base no endividamento líquido apurado após a data de fechamento, e seu resultado após tal ajuste será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, no valor máximo de R\$ 7.000 cada, vencendo a primeira 12 (doze) meses após a data de fechamento e a segunda 24 (vinte e quatro) meses após a data de fechamento. Os valores das parcelas futuras serão corrigidos pela variação do CDI a partir da data de fechamento até o seu efetivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente das parcelas futuras, já ajustadas pelo endividamento líquido era de R\$ 13.398.

## (ii) Contraprestação contingente

O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R\$ 6.000 dentro de um prazo de 2 anos, condicionado à confirmação, em conjunto, da quantidade de alunos matriculados e da mensalidade média durante os anos letivos de 2017 e 2018. Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente da contraprestação contingente era de R\$ 6.199.

## (iii) Contraprestação trimestral

O Grupo concordou em pagar uma contraprestação trimestral a cada um dos acionistas vendedores no valor total máximo de R\$ 511 por trimestre totalizando o valor máximo de R\$4.087, que estará condicionado ao sucesso na transição dos negócios exclusivamente durante os anos letivos de 2017 e 2018. Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo pagou a quarta parcela do bônus trimestral no valor de R\$ 511, totalizando o valor de R\$ 2.044. O valor presente das parcelas remanescentes era de R\$ 1.952.

#### 3.2. Custos de aquisição

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição de empresas controladas e não controladas no valor total de R\$ 824 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Para a aquisição de controladas os custos incorridos foram no valor de R\$ 449. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração do resultado.



## 3.3. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Consolidado
	Grupo Escola da Vila
	14/02/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4.412
Mensalidades a receber	1.231
Impostos a recuperar	146
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.925
Imobilizado	4.054
Intangível	17.931
Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	(307)
Fornecedores	(593)
Adiantamento de mensalidades	(5.971)
Obrigações trabalhistas	(1.868)
Obrigações tributárias	(682)
Impostos parcelados circulantes e não circulantes	(641)
Outras contas a pagar	(1.984)
Provisão para contingências	(756)
Total dos ativos identificáveis, líquido	16.897

## (i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Ativo intangível	Método royalty relief, método multi-period excess earnings e método with or without. O método relief-from-royalty considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método multi-period excess earnings considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. O método with or without considera o benefício futuro gerado por um ativo, projetando a diferença dos fluxos de caixa gerados pela empresa com a presença deste intangível e sem a presença do mesmo.

## (ii) Mensuração a valor justo efetuada em bases provisórias

Em 31 de dezembro de 2017, não existiam valores mensurados a valor justo em bases provisórias, contudo, se novas informações forem obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

## 3.4. Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida		30.142
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida		3.371
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(16.897)	
Ágio		16.616

## 4. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

#### 4.1. Declaração de conformidade



As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB*). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 4.2. Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 14 de março de 2018.

#### 4.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros e pelos ativos significativos adquiridos na combinação de negócios que foram mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período do relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 4.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As informações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Déficit atuarial a pagar: mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; e
- Aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

## 5. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## a) Base de consolidação

## Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os



custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### **Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

## Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.



## Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas (aplicável apenas na controladora) e coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

## Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de custo

Os investimentos em empresas nas quais o Grupo não possui influência significativa, são registrados pelo custo deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do período.

## Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

## c) Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.



## · Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 6).

### · Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso o Grupo tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo superior, a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem mensalidades escolares a receber (Nota 7) e outros valores a receber.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

## Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em fundos de investimentos com prazo de resgate abaixo de 90 dias, caracterizando-se como equivalentes de caixa.

#### • Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna



uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota 13), fornecedores e outras contas a pagar (Nota 19).

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### d) Mensalidades escolares a receber

Representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes com mensalidades em atraso e cobranças judiciais. As antecipações recebidas no exercício corrente a título de antecipação escolar são classificadas no passivo circulante como adiantamento de alunos e reconhecidas ao resultado de acordo com o seu exercício de competência.

## e) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas

Constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades e negociações escolares a receber.

### f) Imobilizado

## Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica "Despesas administrativas e gerais".

## Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### g) Ativos intangíveis e ágio

## Reconhecimento e mensuração

#### Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### Outros ativos intangíveis



Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

## Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

## Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

## h) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### i) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## k) Benefícios a empregados



## • Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

#### Plano de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para o plano de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Os acordos contratuais firmados entre o plano de benefício definido e o Grupo estão registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica déficit atuarial a pagar. Qualquer alteração do referido acordo é ajustada contra o resultado do período em que ocorreu a alteração do acordo.

## 1) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

## (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

#### (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

#### m) Novas normas e interpretações novas e revisadas



## a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- CPC 47 (IFRS 15) Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
  - O Grupo está avaliando o possível impacto dessas alterações.

## b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 Leasing estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.
- IFRIC 23 Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro: Esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).
  - O Grupo está avaliando os possíveis impactos dessas alterações.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado	
Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Caixa	1	1	134
Bancos – conta corrente	2	2	1.646
Aplicações financeiras - fundos de investimentos	31.130	29.682	35.771
	31.133	29.685	37.551

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

#### 7. Mensalidades a receber

	Consolidado
Descrição	31/12/2017
Mensalidades	1.681
Cheques em cobrança	77
	1.758

O saldo de mensalidades escolares a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional.

### 8. Adiantamentos

	Consolidado
Descrição	31/12/2017
Adiantamento de Férias	258
Adiantamento à Fornecedores	45
Outros Adiantamentos	7
	310



## 9. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Imposto de Renda	5.148	4.774	5.230
Contribuição Social	311	466	354
	5.459	5.240	5.584
Circulante	320	4.098	440
Não circulante	5.139	1.142	5.144

O saldo é composto substancialmente saldos em apurações de base negativa de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

As compensações estão sendo realizadas gradativamente, via DCOMP, quando da apuração de base tributável.

## 10. Investimentos

## Composição

						Controladora
	% – Participaçã	Patrimônio líquido	Lucro/ (prejuízo)	Equivalência	Investime	
	o . ,		líquido do exercício	patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Avaliados pelo método de equivalência patrim	onial (MEP)					
	37					
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (nova denominação da Bahema Educação e	100	13.038	(2.266)	(2.266)	10.772	-
Participações SP S.A.) (a)			,	,		
Bahema Educação RJ S.A.	100	9.846	(105)	(105)	9.741	
Bahema Educação MG	80	300	(197)	(197)	103	-
Subtotal investimentos (MEP)				(2.568)	20.616	-
Investimentos avaliados pelo custo						
Vereda Educação S.A. (b)	_	-	-	-	-	667
Escola Mais Educação Ltda (e)	10,5	-	-	-	850	
Outros	-	-	-	-	3	3
Subtotal investimentos (custo)					853	670
Total geral					21.469	670

	% – Participação	Patrimônio líquido	Lucro/ (prejuízo) líquido do período	Equivalência patrimonial	Consolidado Investimentos 31/12/2017
Investimentos avaliados pelo custo					
Progresso Participações S.A. (c)	5	-	-	-	7.750
Vereda Educação S.A. (b)	-	-	-	-	-
Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda (d)	-	-	-	-	1.750
Escola Mais Educação Ltda (e)	6	<del>-</del>	-	-	850
Outros		-	-	-	3
Subtotal investimentos (custo)					10.353
Total geral					10.353



- (a) Em 14 de fevereiro de 2017 a Controlada Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda (anteriormente Bahema Educação SP S.A.) adquiriu o controle do Grupo Escola da Vila por meio da aquisição de 80% das ações ordinárias, conforme divulgado na Nota 3. O contrato também prevê uma opção de compra exercível pela Controlada dos 20% remanescentes após 3 anos, e uma opção de venda dos mesmos 20% exercível pelos acionistas vendedores.
- (b) Em 20 de dezembro de 2016 a Companhia subscreveu 4.745 ações preferenciais, no valor de R\$ 667 da empresa Vereda Educação S.A. R\$ 44 foi integralizado no 1º trimestre de 2017, R\$ 162 foi integralizado no 2º trimestre de 2017, R\$ 56 foi integralizado no 3º trimestre de 2017, R\$ 278 foi integralizado no 4º trimestre de 2017. Em 28 de dezembro de 2017 a companhia decidiu vender as 4.745 ações preferencias pelo valor de R\$ 539. O valor recebido foi R\$ 588, portanto a maior em R\$ 49 que será devolvido para novos compradores em 2018.
- (c) Em 02 de março de 2017 a Controlada Bahema Educação RJ S.A. adquiriu 5% de participação do capital social da Progresso Participações S.A., sociedade mantenedora da Escola Parque no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 7.750, sendo que desse valor R\$ 6.431 foi pago no 1º trimestre de 2017 e o restante no valor de R\$ 1.319 foi pago no 3º trimestre de 2017. O contrato também oferece uma opção de compra dos 95% restantes após 3 anos.
- (d) Em 06 de julho de 2017, a Companhia, através de sua controlada direta Bahema Educação RJ S.A., firmou com as proprietárias das quotas representativas da totalidade do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. um contrato de promessa de concessão de mútuo, outorga de opções, instituição de ônus e outras avenças, que determina, dentre outras coisas, a concessão de um mútuo no valor total de R\$ 3.400, com desembolso de duas parcelas de R\$ 1.700. O primeiro desembolso ocorreu em 07 de julho de 2017 e a segunda tem a data prevista de 06 de julho de 2018. No 4º trimestre de 2017 houve atualização de R\$ 50 de juros.

Para a garantia do mútuo foram entregues à Bahema Educação RJ S.A. notas promissórias emitidas pelas mutuarias, bem como alienadas fiduciariamente em favor da Bahema Educação RJ S.A. 33.000 quotas do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. de propriedade das mutuarias. As quotas alienadas representam 20% do capital social e são objetos de opção de compra que pode ser exercida pela Bahema Educação RJ S.A. até 06 de julho de 2020. O preço do exercício será pago por meio de endosso, em favor de cada uma das mutuarias das notas promissórias emitidas pelo mútuo consignado.

As notas promissórias emitidas em razão da primeira parcela representam 10% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. e podem totalizar 20% assim que concedida a segunda parcela do mútuo em 06 de julho de 2018.

O mútuo consignado vencerá em 30 de setembro de 2020 e sobre o valor total de cada parcela incidirão juros remuneratórios de 6,00% a.a.

O contrato firmado também estabelece a opção de compra de 80% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda., que poderá ser exercida até 06 de julho de 2020, pelo preço certo e ajustado de R\$ 13.600, devidamente corrigido pela variação da taxa DI.

(e) Em 18 de abril de 2017 a Companhia firmou contrato de mútuo no valor de R\$ 275 com a Escola Mais Educação Ltda., o qual poderá ser convertido em participação societária de 5% na data de 17 de abril de 2018. Durante o exercício de 2017 houve atualização no montante de R\$25, correspondentes aos juros remuneratórios equivalentes à 1% ao mês.



Em 14 de dezembro de 2017 a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital no valor de R\$ 550 contra transferência de participação societária, representativa de até 5,5% do capital social da Escola Mais Educação Ltda.

Considerando a intenção da Companhia na Escola Mais Educação Ltda., o total do valor investido somado aos juros remuneratórios foram classificados no Grupo Investimentos e considerados como participação societária.

## Movimentação dos investimentos

			Controladora			
	Saldo em 31/12/2016	Aporte/ Aquisição/(Venda)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2017		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial						
	-	13.038	(2.266)	10.772		
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (nova denominação da Bahema Educação e Participações SP S.A.)						
Bahema Educação RJ S.A.	-	9.846	(105)	9.741		
Bahema Educação MG	-	300	(197)	103		
Investimentos avaliados pelo método de custo						
Vereda Educação S.A.	667	(667)	-	-		
Escola Mais Educação Ltda	-	850	-	850		
Outros	3	-	-	3		
Total geral	670	23.367	(2.568)	21.469		

				Consolidado
	Saldo em 31/12/2016	Aporte/ Aquisição/(Venda)	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Investimentos avaliados pelo método de custo				
Progresso Participações S.A.	-	7.750	-	7.750
Vereda Educação S.A.	667	(667)	-	-
	-	1.750		1.750
Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda				
Escola Mais Educação	<del>-</del>	850		850
Outros	3	-	-	3
Total geral	670	9.683	-	10.353

## 11. Imobilizado

## Composição

				Consolidado
				31/12/2017
	% – Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	2.211	(1.437)	774
Máquinas e equipamentos	10%	229	(215)	14
Computadores e periféricos	20%	2.062	(1.785)	277
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	6.224	(2.163)	4.061
Instalações	10%	893	(527)	366
Brinquedos didáticos	10%	45	(19)	26
Equipamento de som	10%	16	(9)	7
Equipamentos escolares	10%	81	(66)	15
Instrumentos musicais	10%	7	(3)	4
Materiais de laboratório	10%	58	(56)	2
Materiais esportivos	10%	31	(26)	5
Materiais de biblioteca	10%	4	(4)	-
Móveis didáticos	10%	206	(78)	128
Veículos	20%	296	(248)	48
Total		12.363	(6.636)	5.727



# Movimentação

						Consolidado
Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	Aquisições combinações de negócios	Depreciação	31/12/2017
Móveis e utensílios	14	116	(11)	756	(100)	775
Máquinas e equipamentos	2	1	(2)	18	(5)	14
Computadores e periféricos	5	607		362	(133)	842
Benfeitorias em propriedade de terceiros	178	1.391	_	2.151	(222)	3.498
Terrenos	-	-	(112)	112	-	-
Instalações	-	108		300	(42)	366
Brinquedos didáticos	-			30	(4)	26
Equipamento de som	-	-	-	6	-	6
Equipamentos escolares	-	-	-	19	(4)	15
Instrumentos musicais	-	3	-	1	-	4
Materiais de laboratório	-	-	-	2	(1)	1
Materiais esportivos	-	-	-	6	(1)	5
Materiais de biblioteca	-	-	-	0	-	0
Móveis didáticos	-	-	-	145	(17)	128
Veículos	-	-	<del>-</del>	100	(53)	47
	199	2.226	(125)	4.008	(582)	5.727

# 12. Intangível

# Composição

	_			Consolidado
				31/12/2017
	% – Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Vida útil indefinida				
Ägio	-	18.241	-	18.241
Ágio – ajustes da mensuração a valor justo dentro do prazo de 1 ano	-	(1.625)	-	(1.625)
Total Ágio	-	16.616	-	16.616
Vida útil definida				
Marca	10	4.835	(402)	4.433
Contratos	10	103	(17)	86
Carteira de clientes	10	9.415	(785)	8.630
Software	5	1	-	1
Total		30.970	(1.204)	29.766

# Movimentação

						Consolidado
	Método de amortização	31/12/2016	Adições	Aquisições combinações de negócios	Amortização	31/12/2017
Vida útil indefinida						
Ágio		_	-	16.616	-	16.616
Vida útil definida						
Marca	Linear	-	-	4.835	(402)	4.433
Contratos	Linear	-	-	103	(17)	86
Carteira de clientes	Linear	-	-	9.415	(785)	8630
Software	Linear	1	-	1	-	1
Total		1	-	30.970	(1.204)	29.766





## Teste por redução ao valor recuperável - Ágio

O valor recuperável do ágio da Sovila foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Descrição	Consolidado 31/12/2017
Taxa de desconto nominal	19,0%
Taxa de crescimento estimada para os próximos 5 anos	15,7%
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,2%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base no custo médio ponderado de capital, com uma possível alavancagem de 10% a uma taxa de juros de mercado de 120% do CDI.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil, dessa forma, não se faz necessário a contabilização de impairment para o ágio da Sovila.

## 13. Empréstimos e financiamentos

	% – Taxas contratuais				
	Moeda	a.a.	Vencimentos	31/12/2017	
mpréstimos e financiamentos	<del>.</del>	-	-		
NDES (a)	R\$	6%	2019	90	
easing (b)	R\$	23% a 29%	2017 a 2019	54	
ncargos a apropriar				(20)	
otal				124	

- (a) Empréstimo obtido para aquisição de ônibus escolares;
- (b) Financiamentos para aquisição de notebooks, projetores, estabilizadores, entre outros equipamentos de informática.



## 14. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	
Salários a pagar	<del>-</del>		975	
Provisão de férias e encargos	9	14	471	
FGTS a pagar	1	1	170	
INSS a pagar	22	21	518	
Pró-labore a pagar	-	-	18	
Outros	-	-	45	
	32	36	2.197	

#### 15. Obrigações tributárias

	Controlad	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	
Parcelamento REFIS (a)		617	527	
IRPJ a pagar	-	-	154	
CSLL a pagar	<u>-</u>	- " "	65	
PIS e COFINS	8	16	226	
ISS	-	-	130	
IRRF	17	12	644	
Outros	4	198	31	
Total	29	843	1.777	
Passivo circulante	29	655	1.350	
Passivo não circulante	-	188	427	

(a) O Grupo efetuou o parcelamento de seus débitos tributários para pagamento em até 180 meses.

A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios dos parcelamentos está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas, o que tem ocorrido dentro dos preceitos da legislação em vigor.

A movimentação do referido parcelamento para as informações contábeis é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo no início do período	617	617
Atualização no período	15	35
Adições combinações de negócios	=	632
Amortização no período	(632)	(757)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	527

## 16. Adiantamentos de mensalidades

Os valores contabilizados nessa rubrica referem-se aos adiantamentos de mensalidades recebidos referente a cursos que serão atendidos no decorrer do exercício de 2018. A receita referente a tais valores será reconhecida dentro de seu correto período de competência, à medida que o serviço de educação for prestado.

## 17. Provisão para contingências

O Grupo é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.



A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consc	olidado
		31/12/2017 Probabilidade de perda
Contingência	Depósito judicial	Provável
Trabalhista	16	467
Cível	9	-
Tributária	432	324
	457	791

Conforme informações dos assessores jurídicos do Grupo, os processos judiciais movidos na condição de perda possível, não provisionados, perfazem o montante de R\$ 1.133 em 31 de dezembro de 2017 dos quais R\$ 27 referem-se a causas cíveis e R\$ 1.106 a causas tributárias.

## Movimentação das provisões - consolidado

	Depósitos	Trabalhista	Cível	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	441	-	180	-	180
Adição	-	-	-	-	-
Adição combinações de negócios	-	431	-	324	755
Atualização	-	36	-	-	36
Utilização / reversão	-	<del>-</del>	(180)	-	(180)
Saldo em 31/12/2017	441	467	-	324	791

#### 18. Plano de benefício de aposentadoria

A Bahema S/A é patrocinadora do MultiBRA Fundo de Pensão (atual denominação do HSBC Fundo de Pensão), plano de previdência complementar misto, regido pelos Regulamentos Complementares A e B, respectivamente nas modalidades de "benefício definido" e "contribuição definida". Desde 1997 não são aceitos novos participantes para o Plano A. Em fins de 2004 foi concluída a migração dos participantes ativos daquele plano para o Plano B, com exceção dos participantes que já estavam gozando do benefício.

A contribuição da patrocinadora para o custeio do Plano B equivale a 2 vezes a contribuição ordinária do participante, esta última limitada a 0,6839% do seu salário-base.

Em 25 de maio de 2015 foi assinado o Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida no valor de R\$ 2.232 posicionado em 31 de dezembro de 2014, gerando a reversão de R\$ 275 em relação ao saldo inicial do exercício de 2015. O valor do déficit seria pago em 100 parcelas no valor de R\$ 28, sendo cada contribuição acrescida da variação do INPC entre a data de 31 de dezembro de 2014 e a do efetivo recolhimento ao plano. Durante o exercício de 2015 a Companhia efetuou pagamentos no valor de R\$ 242.

Em 29 de junho de 2016 foi assinado o 1º Termo Aditivo do Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida no valor de R\$ 765, posicionado em 31 de março de 2016, o que resultou na reversão de R\$ 141 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2015 corrigido monetariamente pelo INPC. O valor do déficit relativo à parcela de benefícios concedidos do plano seria pago em 88 parcelas no valor de R\$ 10, sendo cada contribuição acrescida da variação do INPC entre a data de 01 de abril de 2016 e a do efetivo recolhimento ao plano. Durante o exercício de 2016 a Companhia efetuou pagamentos no



valor de R\$ 255 que, em conjunto com o cálculo atuarial atualizado para 31 de dezembro de 2016, ocasionou uma reversão adicional do déficit atuarial a pagar no valor de R\$ 47.

Em 28 de dezembro de 2016 a PREVIC autorizou a retirada de patrocínio da Bahema S.A. A liquidação foi efetuada em 24/03/2017 pelo valor total de R\$ 502.

#### 19. Outras contas a pagar

	31/12/2017	31/12/2016	Consolidado 31/12/2017
Honorários advocatícios (a)	(330)	(330)	(330)
Ações a pagar Sovila Participações S.A. – Nota 3.1	-	-	(21.549)
Ações a pagar Vereda Educação S.A Nota 10	(49)	(667)	(49)
Outras	(36)	(35)	(1.814)
	(415)	(1.032)	(23.742)
Passivo circulante	(366)	(371)	(12.415)
Passivo não circulante	(49)	(661)	(11.327)

(a) A Companhia possui ação de rescisão contratual por perdas e danos movida pela Unique Foods & Investimentos Ltda., com valor de R\$ 10.444 em 31 de dezembro de 2016, classificada na condição de perda remota em decorrência da negativa de provimento ao recurso proferida em 30 de outubro de 2014. O caso está sendo julgado em última instância, e, como a estimativa de perda do processo é remota a Companhia reconheceu a provisão dos respectivos honorários advocatícios.

## 20. Patrimônio líquido

### a) Capital social

#### Aumento de Capital da Companhia

Em 31 de julho de 2017 o Conselho de Administração se reuniu e aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, no montante de R\$ 30.555, por meio da emissão de 568.152 (quinhentas e sessenta e oito mil cento e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em decorrência do aumento de capital social realizado no contexto da Oferta, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 56.950 (R\$ 26.395 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 1.171.970 (603.818 em 31 de dezembro de 2017) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O gasto com emissões de ações totalizou-se em R\$ 862

As Ações foram subscritas no âmbito da Oferta Restrita e integralizadas no dia 03 de agosto de 2017 em moeda corrente nacional. As Ações farão jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir de 31 de julho de 2017, e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do Estatuto Social da Companhia.



O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 56.950 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 26.395 em 31 de dezembro de 2016, representado, respectivamente, por 1.171.970 e 603.818 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2017	31/12/2016
Mint Educação Fundo de Investimento em Ações	35,94%	-
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	10,29%	19,98%
Carlos Eduardo Affonso Ferreira	8,61%	11,58%
Guilherme Affonso Ferreira Filho	7,44%	4,50%
Monica Affonso Ferreira Mation	4,01%	6,51%
Frederico Marques Affonso Ferreira	3,73%	7,78%
Ana Maria Afonso Ferreira Mation	3,19%	-
Guilherme Affonso Ferreira	1.10%	-
Bruno Bertolucci Belliboni	0,87%	-
Outros	24,82%	43,76%
Total de ações em circulação	100,00%	100,00%

## b) Reservas Legal

Constituída anualmente na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva legal é de R\$ 3.396.

## c) Reserva estatutária para investimentos

Constituída pela importância não superior a 71,25% do lucro líquido com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da reserva estatutária para investimento é de R\$ 3.400.

## d) Dividendos

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

## e) Ajustes de avaliação patrimonial

Representavam a variação do valor justo dos investimentos que estavam classificados como disponíveis para venda. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o resgate destas aplicações e os ganhos e perdas acumulados foram reclassificados para o resultado do exercício.

## f) Lucro/ (prejuízo) por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro (prejuízo) por ação diluído.

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico:

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador básico		
Resultado do período	(4.557)	1.631

Consolidado



Denominador		
Média ponderada de ações – básica	842.629	603.818
Prejuízo básico por ação em (R\$)	(5,41)	2,70

## 21. Receita líquida

	Consolidado 14/02/2017 à 31/12/2017
Receita operacional bruta	
Contribuições de alunos – mensalidades	39.891
Impostos	(2.256)
·	37.635

## 22. Custos dos serviços prestados por natureza

	14/02/2017 a 31/12/2017
Custo de pessoal Custo com materiais	(19.004) (178)
Custo diversos	(1.016)
Custo de serviços de terceiros	(1.417)
	(21.615)



## 23. Despesas administrativas e gerais por natureza

	01/01/2017 à 31/12/2017	Controladora 01/01/2016 à 31/12/2016	Consolidado 14/02/2017 à 31/12/2017
Alugueis e condomínios	(80)	(179)	(2.829)
Serviços prestados por terceiros (a)	(2.564)	(909)	(4.818)
Conservação de bens e instalações	(4)	(2)	(485)
Impostos e taxas	(88)	(94)	(516)
Depreciação e amortização	(49)	(27)	(582)
Outras	(718)	(274)	(1.565)
	(3.503)	(1.485)	(10.795)

# (a) Serviços prestados por terceiros por categoria

	Controladora		Consolidado
	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	14/02/2017 à 31/12/2017
Custos com aquisição de controladas e não controladas (nota 3.2)	(824)	-	(824)
Assessoria de imprensa referente aquisição de empresas	(49)	-	(49)
Estudos para investimentos	(157)	-	(157)
Outros serviços relacionados aos investimentos	(230)	-	(230)
Serviços relacionados às operações regulares	(1.304)	(909)	(3.558)
	(2.564)	(909)	(4.818)

## 24. Despesas com pessoal

	01/01/2017 à 31/12/2017	Controladora 01/01/2016 à 31/12/2016	Consolidado 14/02/2017 à 31/12/2017
Salário	(38)	(445)	(2.571)
Pró-Labore	(1.003)	(454)	(1.144)
Férias	(12)	(142)	(318)
Décimo terceiro	-	(37)	(231)
PLR	-	-	(50)
Indenizações	-	-	(1)
INSS	(212)	(251)	(1.025)
FGTS	(7)	(263)	(286)
Outras despesas com pessoal	(73)	(90)	(580)
	(1.345)	(1.682)	(6.206)

## 25. Outras receitas (despesas) operacionais

		Controladora	
	01/01/2017 à	***************************************	14/02/2017 à
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Reversão de provisão para contingências	180	-	180
Reversão de provisão para déficit atuarial	463	443	463
Provisão de Honorários advocatícios	-	(330)	-
Amortização mais valia	-	-	(1.204)
Outras	(24)	34	(222)
	619	147	(783)



#### 26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	14/02/2017à 31/12/2017
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos de investimentos	1.990	9.638	2.314
Juros ativos	436	352	490
	2.426	9.990	2.804
Despesas financeiras			
Juros passivos	(15)	(149)	(77)
Juros passivos – variação CDI contratos aquisição Sovila nota 3.1	-	-	(1.513)
Juros passivos – AVP contratos de aquisição Sovila nota 3.1	-	-	(1.692)
Outras	(5)	(5.001)	(195)
	(20)	(5.150)	(3.477)
Resultado financeiro	2.406	4.840	(673)

## 27. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora		Consolidado
	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	14/02/2017 à 31/12/2017
Prejuízo contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(4.557)	-	(12.855)
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social – controladas	-	1.820	10.252
Total	(4.557)	1.820	(2.602)
Alíquota nominal combinada %	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota nominal	-	619	3.486
Adições/exclusões líquidas	-	(808)	(4.905)
Imposto de Renda e Contribuição Social na demonstração do resultado – corrente	-	(189)	(1.419)
Alíquota efetiva	-	(10%)	(14%)

## 28. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo estão representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.



Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis do Grupo, a qual está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de o Grupo ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que o Grupo atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

O Grupo entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações em fundos de investimentos conforme apresentado a seguir:

	Nota		Controladora	Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	Controladora	
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.133	29.685	37.551	

#### Análise de sensibilidade

#### **Premissas**

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- Cenário base: baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro de 2017 e no mercado futuro
  de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas
  de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas			Cenário- base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa Caixa e equivalentes			6,89%	5,17%	3,45%
Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Controladora Cenário remoto



Taxa de juros – CDI Diminuição da taxa d	O Caixa e equivalentes de caixa	33.278	32.742	32.206
--	---------------------------------	--------	--------	--------

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Consolidado Cenário remoto
Taxa de juros – CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	40.138	39.491	38.845

## Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

## Exposição a riscos de liquidez

1 3	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Fornecedores	-	57	35	422
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	62
Outras contas a pagar	19	366	371	12.415
		423	406	12.899

## Gerenciamento do capital

Os objetivos do Grupo, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital.

## Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2017 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado.

## 29. Partes relacionadas

## (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.

Os suplentes de membros do Conselho de Administração são remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de conselheiro, em caso de vaga do titular.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os Diretores recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo de R\$ 896 e R\$ 454 respectivamente.

Não foi pago nenhum valor a título de: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo) e (iii) remuneração com base em ações.

## (b) Dividendos a pagar

Em 27 de dezembro de 2017 a Companhia pagou R\$ 385 de dividendos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O saldo final de R\$ 45 refere-se a dividendos de exercícios anteriores não reclamados.

## 30. Informações por segmento

A Administração do Grupo baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "prestação de serviços de educação básica" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

## 31. Seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram julgadas suficientes e adequadas pela Administração da Companhia.

Guilherme Affonso Ferreira Filho
Diretor
Edson Manabu Kubagawa
CRTC 1SP 146.701/O-4
CPF:085.910.178-97